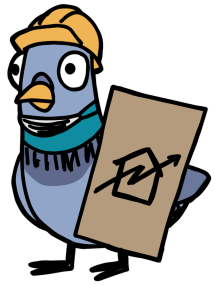
NÚMERO 16 03 NOV. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO DA ACAMPADA

A ESTUPIDEZ É UMA CONDIÇÃO HISTÓRICA

A decisão do tribunal em autorizar a acampada é uma espada de dois gumes. Se por um lado ela é uma vitória da nossa coragem ante a sua infâmia, por outro ela corre o risco de fazer com que a acampada regresse à esfera da normalidade. A ansiedade liberal ante a violência policial surge do medo de se ver superada por nós, ou seja, de que o movimento torne supérfluo o seu papel de paladinos do bom senso. Nisso, o sistema é unívoco: somos vilões ou vítimas, mas nunca interlocutores. Não é mau que assim pensem. Interessa-nos, por enquanto, construir o nosso poder longe do seu escrutínio. Estamos há mais de duas semanas a organizar uma vida comum com recursos mínimos e conseguimos, nos entretantos desses dias, desenvolver uma inteligência colectiva capaz de resistir de frente à violência do estado. Não é coisa pouca. É, aliás, muito mais do que quer que esse batalhão de burocratas e comentadores seja capaz de pensar. Que ninguém, da esquerda à direita, passando pelos jornalistas e sociólogos, consiga realmente nomear o que aqui se passa, só mostra a promessa de disrupção que passo a passo engendramos.

É essa desconsideração que nos permite entender a acção do governo. Sucedem-se os comentadores que dizem, preto no branco, que Montenegro e Neves são, simplesmente, estúpidos. Chamar estúpido aos outros é, na maior parte das vezes, apenas um sinal da própria estupidez. Somos revolucionárias e estrategas, não nos podemos permitir o ópio da arrogância. A lâmina da crítica é afiada no exame da razão inimiga. Aqui, de facto, algo parece inegável: Montenegro e Neves são estúpidos. Mas torna-se necessário acrescentar algo: a sua estupidez é uma condição histórica, não um defeito pessoal. A estupidez do poder é a estupidez da época, o que significa que nenhum de nós está totalmente imune a ela.

A estupidez contemporânea é pensar que tudo continua igual. A estupidez do poder é pensar que as formas subjectivas do contrato social pós-abril continuam vigentes e que irão permanecer atávicas nesse estupor de escândalo cívico feito de indignação e comiseração. Mas se antes levávamos porrada e chorávamos nas redes sociais, agora compramos capacetes. A nossa estupidez é pensar que as regras e o senso comum que imperaram nas últimas décadas são eternas. Que num golpe de intervencionismo cívico o Presidente da República vai chamar o governo à razão e repor os respeito pelos cidadãos. Que dialogando com Presidentes da Câmara as nossas “demandas” serão finalmente escutadas. Que apesar de passarmos as madrugadas a fugir da polícia quando raiar o dia vamos lá ter o Daniel Oliveira para nos proteger a honra.

O contrato social terminou. As partes que o assinaram, há décadas, já não existem. Capital e trabalho, ordem e revolta, inclusão e exclusão, são hoje realidades incomensuráveis. O plano que emerge é aproveitar a sua estupidez para construir a nossa inteligência. A nossa inteligência não é feita de grandes conceitos ou de grandes teorias, mas da coragem de avançar na experimentação em curso, sem fazer cedências a esse decrépito mundo do espectáculo, da social-democracia, da trica esquerdista. Se o plano Cambra resultou não é para termos uma acampada bonitinha e pipoca, mas para darmos mais um passo em direção à Comuna de Lisboa.

KARAOKE, FLUTES E CAMARÕES

Finalmente um karalhoke invadiu a Acampada e contrariou a tomada única do microfone enquanto lugar de fala característico de uma sociedade pós-redes. Se na sexta-feira passada já constava da programação mas foi engolido por uma assembleia longa e exasperante, na qual se tentou pôr ordem num organismo indomável, ontem, entre flutes de espumante e camarões, para celebrar a pancadinha nas costas que o movimento recebeu do tribunal, o Rossio soltou a franga.

Mais cedo, na casa partilhada de um companheiro, alguém batia o punho na mesa para dizer que a Acampada de Madrid é que é, que estão ultra organizados e são ultra capazes, sustentados pela capacidade militante de que são herdeiros - propondo frouxidão das Acampadas da tuga, ignorando as dificuldades somadas do nosso contexto histórico, político e militante. “Vê-se mesmo que são filhos de uma revolução feita pelos militares por procuração”, foi dito, e ainda que recusemos o simplismo da afirmação, importa muito mais relembrar que somos filhas do PREC, não somos filhas do 25 de Abril.

Isto significa que estamos preparadas para compreender tacitamente a importância política de tomar o mic para cantar a I Will Survive em frente a uma multidão sedenta de performatividade democrática, sabendo que primeiro se estranha e depois se entranha. Muito para lá da elaboração do plano quinquenal, da lista de reivindicações, da organização do partido e do serviço de ordem e funcionalidade, há qualquer coisa incontornavelmente político no karaoke. Talvez porque, nesse pequeno modo de reprodução, se encontre uma das contradições fundamentais da modernidade: a possibilidade de sermos autores daquilo que não escrevemos, de tomarmos com a voz qualquer coisa precedente, de nos apropriarmos de uma palavra emprestada.

O karaoke é uma máquina de citações. A voz que canta não inaugura coisa nenhuma nem se preocupa em fazê-lo. Entra por uma composição alheia adentro, segue (o melhor que pode) uma melodia prescrita - e, no entanto, nesse gesto de repetição, alguma coisa se transforma. A canção é arrancada ao seu contexto original e é apresentada a uma segunda vida, no seu pequeno instante de redenção profana.

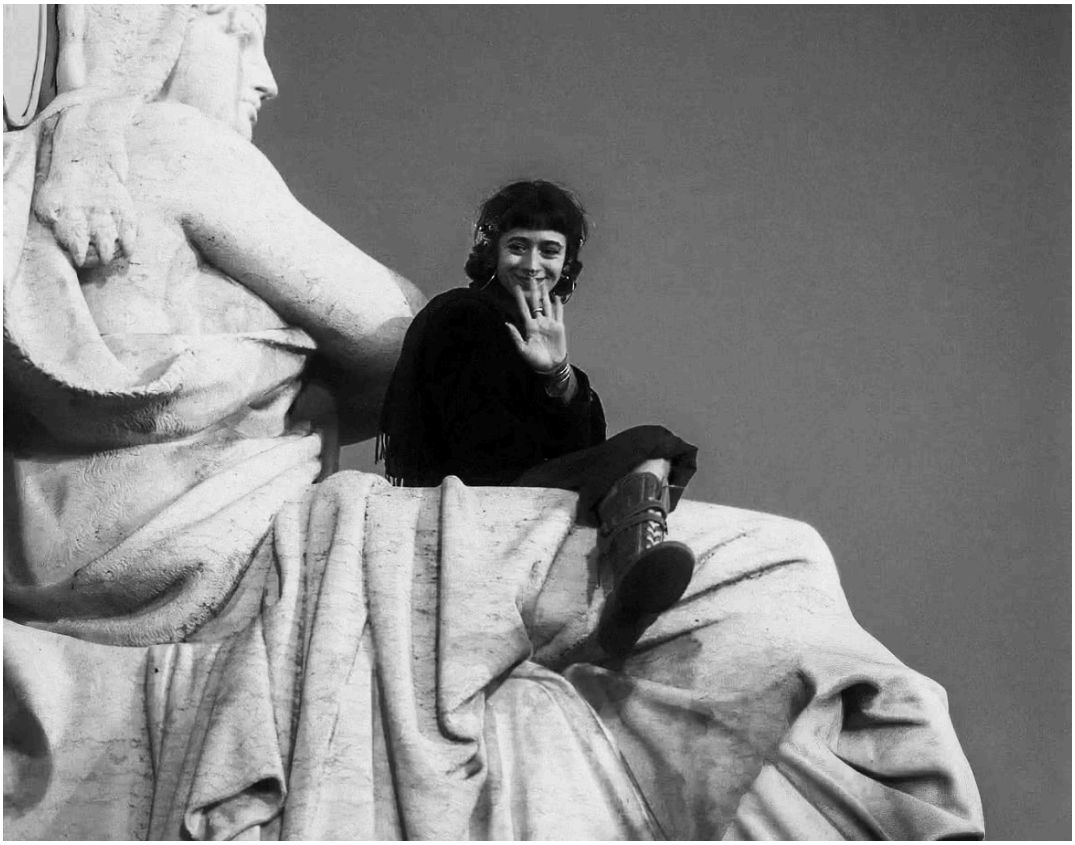
Perante a interrupção momentânea do monopólio vocal, naqueles 3 minutos, aqueles que habitualmente consomem a cultura, reclamam, desajeitadamente, o direito de a executar, sem convénios e sem maneiras. A distância entre o palco e a plateia desfaz-se, o que é o mesmo que dizer “estamos juntos, estamos fortes” e essa treta toda.

Cantamos melancolicamente as canções que sobreviveram ao mundo que as tornou possíveis, saídas do nosso arquivo colectivo de derrotas, trazidas ao lugar portátil de esperança popular - uma coleção de promessas que o tempo não conseguiu liquidar. Cada refrão trata, por isso, de sobrevivência e cada voz testemunha a transmissão imperfeita de uma História que está em aberto.

Em sentido contrário a uma forma de sociabilidade e produção que nos exigem eficácia e competência a cada momento, o karaoke só nos pede que nos cheguemos à frente, que tentemos a exposição. Não pede que saibamos cantar, pede que aceitemos ser ouvidos. A sua comunidade é uma comunidade provisória de corpos vulneráveis, unidos não pela excelência, mas pelo risco do ridículo. Há nisso uma política do inacabado, a recusa em permitir que a capacidade técnica, a autoridade cultural ou a propriedade da obra determinem quem a ela acede ou quem a toma com unhas e dentes.

O auge da maravilha dá-se quando alguém escolhe uma canção que já ninguém esperava ouvir. É quando o passado deixa de ser um depósito morto e se converte em disputa, quando se ergue uma canção esquecida, que o acontecimento se dá. A oportunidade de reaparecimento e recomposição lembra-nos na derme que nem tudo está perdido.

Não precisamos de possuir uma boa voz para termos direito a ela, basta que, por um instante, as nossas mãos tomem o microfone e que ninguém tenha a autoridade para o desligar antes do último refrão. O resto vem.



TIANANAMEN
GIORGIO AGAMBEN

Qual pode ser a política da singularidade qualquer, ou seja, de um ser cuja comunidade não é mediada por nenhuma condição de pertença (o ser vermelho, italiano, comunista) nem pela simples ausência de condições (comunidade negativa, tal como foi recentemente proposta em França por Blanchot), mas pela própria pertença? Um mensageiro vindo de Pequim traz-nos alguns elementos para uma resposta. O que mais impressiona nas manifestações do mês de Maio na China é, de facto, a relativa ausência de conteúdos determinados de reivindicação (democracia e liberdade são noções demasiado genéricas e difusas para constituírem o objecto real de um conflito, e a única exigência concreta, a reabilitação de Hu Yao-Bang, foi imediatamente concedida). Assim, tanto mais inexplicável é a violência da reacção do Estado. É provável, todavia, que a desproporção seja apenas aparente e que os dirigentes chineses tenham agido, do seu ponto de vista, com mais lucidez do que os observadores ocidentais, exclusivamente preocupados em fornecerem argumentos à cada vez menos plausível oposição entre democracia e comunismo.

Porque o facto novo da política que vem é que ela não será já a luta pela conquista ou controlo do Estado, mas luta entre o Estado e o não--Estado (a humanidade), disjunção irremediável entre as singularidades quaisquer e a organização estatal. O que nada tem a ver com a simples reivindicação do social contra o Estado, que, em anos recentes, várias vezes encontrou expressão nos movimentos de contestação. As singularidades quaisquer não podem formar uma societas porque não dispõem de nenhuma identidade para fazer valer, de nenhuma ligação de pertença para darem a reconhecer. Na verdade, em última instância, o Estado pode reconhecer qualquer reivindicação de identidade - mesmo (a história das relações entre Estado e terrorismo, no nosso tempo, é uma eloquente confirmação disso) a de uma identidade estatal no interior de si próprio; mas que singularidades constituam comunidade sem reivindicar uma identidade, que alguns homens co-pertençam sem uma representável condição de pertença (mesmo que sob a forma de um simples pressuposto) - eis o que o Estado não pode de nenhum modo tolerar. (...) A singularidade qualquer, que quer apropriar-se da própria pertença, do seu próprio ser-na-linguagem, e declina, por isso, toda a identidade e toda a condição de pertença, é o principal inimigo do Estado. Onde quer que estas singularidades manifestem pacificamente o seu ser comum, haverá um Tienanmen.

